

RELATO FINANCEIRO

2022



Fundo de Pensões Aberto BPI Acções



ÍNDICE

RELATO FINANCEIRO

RELATO FINANCEIRO

INTRODUÇÃO.....	4
CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	6
INVESTIMENTOS.....	11
COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES.....	23

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

NOTAS

CERTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO FUNDO DE PENSÕES



RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

ENQUADRAMENTO

- O Artigo 152.º da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, determina que anualmente deve ser elaborado um relatório e contas para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- A Norma Regulamentar N.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

FUNDO DE PENSÕES ABERTO BPI ACÇÕES

- O Fundo de Pensões Aberto BPI Acções financia planos de pensões de contribuição definida; existe apenas uma adesão que co-financia um plano de pensões de benefício definido.
- Durante o ano de 2022 não se registaram alterações relevantes na gestão do Fundo de Pensões.
- Em 31 de dezembro de 2022, o valor total da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções ascendia a 123,708,102 euros.

§

INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

FUNDO DE PENSÕES ABERTO BPI ACÇÕES

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

Valores em euros

Valor do Fundo em 31.12.2021	126,254,543
Contribuições	15,304,665
Benefícios pagos	(473,812)
Transferências	(2,268,411)
Prémio de Seguros	-
Rendimento Líquido	(15,108,883)
Valor do Fundo em 31.12.2022	123,708,102

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

EUA

A economia norte-americana terá crescido em torno de 1.6% em 2022, uma forte desaceleração face aos 5.9% registados em 2021. Esta desaceleração estará relacionada com uma política fiscal menos acomodaticia (após os pacotes de apoio à economia no período da pandemia), aumento da inflação e impacto da consequente política monetária restritiva. Por outro lado, as poupanças acumuladas durante a pandemia e a robustez do mercado de trabalho terão suportado o crescimento da economia em 2022, com a taxa de desemprego média em 2022 em 3.6%. Perante a escalada dos preços (taxa de inflação chegou a superar os 9.1% em junho e registou uma média de 8% no conjunto de 2022), a Fed teve de assumir uma postura agressiva, aumentando a fed funds rate em 425 p.b. ao longo do ano, colocando o intervalo em 4.25%-4.50% no final de 2022.

Perante a expectativa de que a taxa de inflação continue longe do objetivo, a Fed deverá prosseguir com aumentos em 2023, com os membros do FOMC a apontarem para um incremento adicional de 75 p.b. este ano para o intervalo 5.00%-5.25%. A perda do poder de compra das famílias devido à elevada inflação, o fim dos programas de ajudas massivas aos cidadãos e a elevada incerteza no panorama geopolítico e económico global são fatores que irão enfraquecer a evolução da atividade dos EUA. Neste contexto, o PIB deverá continuar a crescer abaixo do potencial (antecipamos um crescimento de 1.1%), sendo expectável também uma deterioração das condições do mercado de trabalho, consistente com uma taxa de desemprego mais elevada. Contudo, as poupanças acumuladas durante a pandemia, a robustez que o mercado de trabalho dos EUA ainda revela e os níveis de endividamento relativamente saudáveis das famílias deverão amortecer estes ventos de proa.

§

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

ZONA EURO

Com a normalização da atividade no pós-pandemia, esperava-se que a economia da área do euro recuperasse com vigor. No entanto, ao legado da pandemia (com o impacto dos estrangulamentos) juntou-se a guerra na Ucrânia (e a incerteza geopolítica), o choque energético daí resultante e uma política monetária restritiva, com o acelerado ciclo de subida das taxas de juro. Neste contexto, a economia da Zona Euro terá crescido 3.2% no conjunto de 2022, mas o último trimestre do ano poderá já ter sido de recessão. Por sua vez, a taxa de inflação atingiu os 8.4% em média no ano, o nível mais alto de sempre, perante o aumento dos preços da energia e alimentos, a par dos efeitos dos estrangulamentos. Este contexto obrigou o BCE a pôr fim a um período de 6 anos com taxas diretoras nulas ou mesmo negativas e, posteriormente, a adotar um comportamento mais agressivo do que o inicialmente esperado (taxa depois aumentou 250 p.b. em 2022, para 2% no final do ano). Esta atuação não deve ficar por aqui, uma vez que o BCE projeta que a taxa de inflação deve aproximar-se dos 2% apenas em 2025. Para mitigar eventuais impactos negativos da reversão da política monetária, o BCE apresentou adicionalmente o Transmission Protection Instrument (TPI), ferramenta para conter os aumentos especulativos dos prémios de risco periféricos, através da aquisição de dívida pública no mercado secundário ou dívida privada.

As perspetivas para 2023 são de crescimento mais fraco e com riscos negativos. Perspetiva-se que o ambiente de inflação em níveis elevados se prolongue, embora com tendência descendente, e por isso a continuação de uma política monetária restritiva, que terá impacto sobre o consumo e o investimento. Acrescem os riscos associados a um possível agudizar do conflito na Ucrânia e a possibilidade de racionamento energético, principalmente no inverno 2023/2024. Neste contexto, antecipamos que a economia da Zona Euro sofra um abrandamento acentuado, para 0.2% em 2023. Por seu lado, a taxa de inflação deverá continuar pressionada, ligeiramente acima dos 5%, quer por via dos preços da energia, quer por via dos preços dos bens alimentares.

§

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

PORTUGAL

2022 foi um ano positivo para a atividade económica em Portugal, apesar do contexto global desafiante. De facto, a economia ultrapassou os níveis pré-pandemia logo no 1T e manteve crescimentos em cadeia positivos nos trimestres seguintes. Assim, o PIB pode ter crescido em torno de 6.7% no conjunto do ano, um desempenho explicado por efeitos de base (relacionados com as consequências nefastas da pandemia na atividade em 2022), recuperação do consumo privado, das exportações e da atividade turística. Para além da reposição da normalidade na economia portuguesa no pós-pandemia, as poupanças excedentárias (acumuladas durante os períodos de confinamento) e um mercado de trabalho robusto terão suportado o crescimento do consumo das famílias. Ainda assim, o final do ano terá sido mais desafiante a este nível: a inflação atingiu níveis expressivos (chegou a exceder os 10% em outubro), as taxas de juro dos créditos à habitação (em larga maioria concedidos a taxas variáveis) subiram acentuadamente e a crise energética colocou pressão nas faturas da energia das famílias e empresas. A questão da crise energética, dos estrangulamentos nas cadeias de abastecimento globais e a guerra (com impacto também nos preços dos alimentos) explicam que a inflação tenha atingido o nível mais alto desde inícios da década de 90 (7.8%, em termos médios anuais, tendo superado 10% em outubro). Por sua vez, o mercado de trabalho português mostrou-se, mais uma vez, robusto, com a taxa de desemprego a atingir os níveis mais baixos desde 2002 (provavelmente em torno dos 6% na média do ano) e a enfrentar uma enorme escassez de mão-de-obra, atendendo ao número máximo de vagas por preencher. Ao nível das contas externas, a balança corrente terá registado um défice em torno de 1.5% do PIB, pressionada por uma balança energética deficitária, ainda que mitigada pela forte recuperação do turismo. Nas contas públicas, e apesar dos pacotes de apoio às famílias e empresas para lidar com o aumento da inflação, o saldo orçamental deve ter ficado abaixo do estimado pelo Governo (de -1.9% do PIB), explicado pelo crescimento significativo da receita fiscal e contenção da despesa. Neste contexto, o rácio de dívida pública pode já ter ficado abaixo do registado antes da pandemia (115%, face a 116.6% em 2019).

Para 2023, antecipa-se que os ventos de proa sejam mais fortes do que os de cauda. O efeito cumulativo da escalada de inflação, o aumento dos juros, prolongamento dos estrangulamentos (ainda que de menor dimensão), crise energética e a envolvente mais incerta deverão justificar acentuado

§

abrandamento da atividade económica. O PIB deverá crescer residualmente (0.5%) e a inflação manter-se-á em valores elevados e acima do patamar dos 5% (5.7%). O mercado de trabalho deverá refletir esta acentuada desaceleração económica, mas o aumento esperado da taxa de desemprego deverá ser contido (ligeiramente acima dos 6%), considerando a escassez de mão-de-obra e o conseqüente incentivo das empresas para reter talento. A trajetória de consolidação orçamental deverá prosseguir em 2023, estimando o Governo que o défice diminua para 0.9% do PIB e o rácio de dívida pública para 110.8% do PIB.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Contrato de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

	Limite Mínimo	Valor Central	Limite Máximo	Benchmark
Ações	25%	50%	75%	MSCI Europe Total Return Net Euro
Obrigações	10%	35%	75%	Bloomberg Barclays EU Govt All Bonds Total Return*
Retorno Absoluto	0%	5%	20%	Euribor 3 meses
Imobiliário	0%	5%	20%	Bloomberg Barclays EU Govt All Bonds Total Return*
Liquidez	0%	5%	20%	Euribor 3 meses
Total		100%		

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de junho.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Investimento Responsável e Sustentável

A BPI Vida e Pensões adota uma política de investimento responsável, garantindo assim, que toma em consideração os possíveis riscos e impactos Ambientais, Sociais e de Governo das Sociedades (ASG) no seu processo de investimento e que contribui para a sustentabilidade do mercado no longo prazo sem alterar o objetivo do Fundo de Pensões.

Para integrar estes princípios na prossecução de um objetivo global, a BPI Vida e Pensões tornou-se signatária dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), fazendo parte de um conjunto de investidores globais que têm um compromisso público de curto prazo de implementar e promover práticas de investimento responsáveis (<https://www.unpri.org/about>).

De uma forma geral, a BPI Vida e Pensões manifesta-se contra o investimento em empresas ou Estados que levem a cabo práticas condenáveis ou que violem tratados internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas, do qual é signatária.

A Companhia possui uma Política de Relação com o Setor da Defesa, na qual define restrições ao investimento em empresas ligadas à produção de material de defesa, e uma Política de Gestão de Risco Ambiental, que define exclusões setoriais aplicadas aos investimentos realizados diretamente pela Companhia com o objetivo de reduzir a sua exposição aos riscos ambientais e, em particular, aos riscos físicos e de transição.

Na eventualidade de uma entidade não cumprir os requisitos de seleção adotados pela Companhia, a BPI Vida e Pensões adotará uma estratégia que procure que a empresa proceda ao cumprimento dos requisitos violados com a maior brevidade possível, de uma forma compatível com a perspetiva económica de uma gestão razoável e sustentável. A estratégia poderá passar pelo envolvimento com a entidade, por medidas de mitigação dos riscos de sustentabilidade ou mesmo pelo desinvestimento parcial ou total.

§

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

A Companhia considera importante o diálogo com as sociedades participadas, pelo que, sempre que se justifique, estabelecerá contacto direto com as mesmas, nomeadamente para transmitir sugestões que se afigurem relevantes sobre qualquer matéria de especial importância ou que reflita especial preocupação. A Companhia poderá também promover o diálogo ativo com as entidades e os gestores de ativos, quer diretamente, quer participando em ações coletivas destinadas a adotar as medidas necessárias à modificação de práticas ou atividades controversas, podendo eventualmente desinvestir em caso de incompatibilidade das atividades exercidas pela entidade.

Com o objetivo de ser um agente ativo na gestão dos seus investimentos e exercer os direitos que daí decorrem, especialmente nos âmbitos definidos pelos UNPRI, a BPI Vida e Pensões:

- Participa direta ou indiretamente em fóruns e grupos de trabalho que visam promover o diálogo com os gestores de ativos e as empresas em que investe, podendo desinvestir em caso de incompatibilidade com os aspetos anteriormente expressos ou com as suas políticas.
- Quando aplicável, e respeitando o disposto na Política de Direito de Voto, exerce os direitos de voto e participa nas assembleias gerais respeitando os objetivos e políticas de investimento e promovendo a valorização sustentável da empresa em que participa.

A BPI Vida e Pensões publica no seu site (www.bpividaepensoes.pt) as suas Políticas que, em conjunto, oferecem o enquadramento do modelo de investimento socialmente responsável da Companhia.

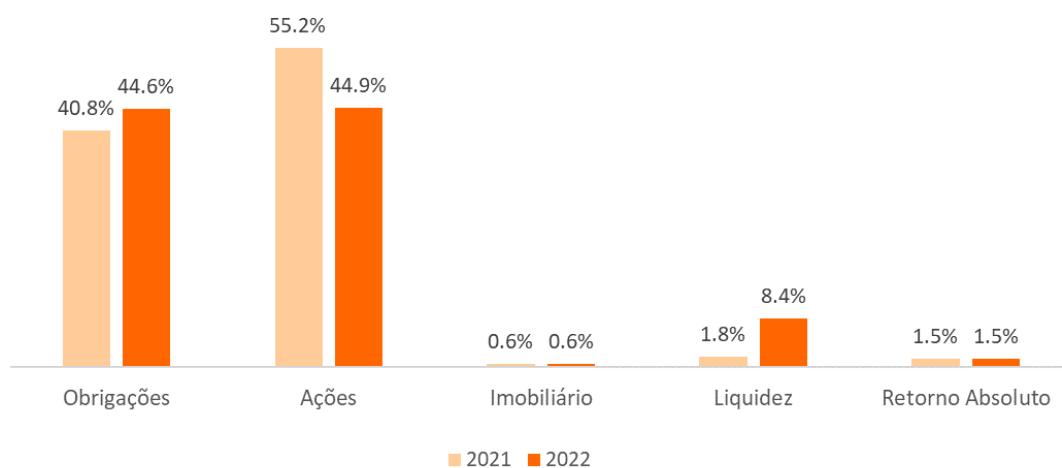
§

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2022 as aplicações do Fundo de Pensões sofreram alterações, cumprindo em linha a política de investimento definida, como se pode confirmar no gráfico seguinte:



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão expressas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%	Cumpre
4. Valor de mercado dos ativos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre

§

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstas na política de investimento do Fundo de Pensões Aberto BPI Ações com a alocação a 31.12.2022:

Ativos	Política de Investimento		Alocação 31.12.2022	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Obrigações	10.0%	75.0%	44.6%	Cumpre
Ações	25.0%	75.0%	44.9%	Cumpre
Imobiliário	0.0%	20.0%	0.6%	Cumpre
Liquidez	0.0%	20.0%	8.4%	Cumpre
Retorno Absoluto	0.0%	20.0%	1.5%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rentabilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período e as rentabilidades do *benchmark*:

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	1.1%	5	1.5%
Nos últimos 3 anos	0.3%	5	-0.7%
Nos últimos 12 meses	-11.0%	5	-12.1%

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Observações

- O cálculo das medidas de rendibilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rendibilidade efetiva} = (UP_f / Up_i) - 1$$

Em que, UP_f = Valor da unidade de participação no final do período de referência

Up_i = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rendibilidade anualizada} = (1 + \text{rendibilidade efetiva})^{365/n} - 1$$

Em que, n = número de dias do período de referência da rendibilidade efetiva utilizada

- O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que, r_t = rendibilidade efetiva semanal no período t

T = n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rendibilidade

r = média aritmética simples das rendibilidades efetivas semanais, para o período de referência.

- A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

Classe de Risco	Intervalo da Volatilidade	
	Maior ou Igual a	Menor que
1	0.0%	0.5%
2	0.5%	2.0%
3	2.0%	5.0%
4	5.0%	10.0%
5	10.0%	15.0%
6	15.0%	25.0%
7	25.0%	

Baixo Risco

Remuneração potencialmente mais baixa

Elevado Risco

Remuneração potencialmente mais elevada

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

COMENTÁRIO AOS RESULTADOS

O ano de 2022 ficou marcado pela performance negativa da generalidade das classes de ativos. A forte subida de taxas de juro levada a cabo pelos bancos centrais como forma de controlar a inflação, o conflito Rússia/Ucrânia e a expectativa de abrandamento económico foram os principais pontos para o desempenho, quer dos ativos de taxa fixa, quer para as ações. Apenas as commodities energéticas alcançaram um desempenho positivo, resultado da escassez das mesmas e da subida dos custos de distribuição.

Neste contexto, a carteira apresentou uma performance -11.03% no ano, ainda que, acima do índice de referência que encerrou 2022 com -12.11%.

Da mesma forma, a componente acionista registou um desempenho negativo em 2022. O contributo para a performance foi de 5.10%, ficando aquém do índice de referência em -4.57%. Esta diferença resulta em parte da sobre-exposição à classe no início do ano e, adicionalmente, ao fraco desempenho de alguns dos fundos em carteira.

A classe de obrigações de taxa fixa registou também um desempenho negativo em 2022. A subida de taxas foi bastante significativa em todos os prazos da curva de rendimento, do que resultaram perdas acumuladas no ano de cerca de 18.5%. Este desempenho resulta da alteração da política monetária dos bancos centrais, de expansionista para restritiva e consequente subida das taxas de referência.

Ao longo de 2022 o posicionamento defensivo (*underweight* em *duration*) minimizou o impacto deste movimento. Assim, o contributo para a performance anual das obrigações de taxa fixa foi de -5.80%, ou seja, 1.76% acima do índice de referência que perdeu -7.54%. O investimento em obrigações de taxa variável teve também um contributo negativo em 2022, de -0.05% resultado do alargamento de prémios de risco verificado ao longo do ano.

Na componente de investimentos alternativos – imobiliário e retorno absoluto – a exposição à classe ao longo de 2022 foi residual, pelo que o seu contributo para a performance da carteira foi de apenas 0.04%.

A performance da componente de liquidez foi de -0.12% uma vez que a volatilidade das taxas de curto prazo não permitiu um retorno positivo para esta classe.

§

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

RISCOS MATERIAIS

De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções, em 31.12.2022, os riscos materiais associados eram:

Risco de Mercado				Risco de Crédito	Risco Imobiliário		Invest. Alternativos
Acções	Obrigações	Câmbio			Diretos	Indiretos	
Acções	Taxa de juro	Taxa de câmbio	Cobertura Total				
X	X	X		X		X	X

Comparativamente com o ano anterior, não se registou qualquer alteração no tipo de riscos a que o fundo de pensões se encontra exposto.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

RISCOS MATERIAIS

Riscos

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos ativos

- Ações – Perdas decorrentes de alterações de preços de ações
- Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio
- Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2023

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

Isabel Castelo Branco Isabel Semina



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras

BPI Ações
Fundo de Pensões Aberto

31 de dezembro de 2022

Demonstração da Posição Financeira

Valores em EUR

Notas	Demonstração da posição financeira	31 dez 2022	31 dez 2021
	Ativo		
	Investimentos		
5	Instrumentos de capital e unidades de participação	58.178.840	72.390.046
5	Títulos de dívida pública	55.681.679	27.018.543
5	Outros títulos de dívida	7.947.392	24.369.538
6	Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	1.773.234	2.614.697
7	Outros ativos		
	Devedores		
	Acréscimos e diferimentos	409.083	177.041
	Total do Ativo	123.990.227	126.569.865
8	Passivo		
	Credores		
	Entidade gestora	262.978	297.483
	Estado e outros entes públicos	3.030	1.386
	Outras entidades	16.117	16.453
	Total do Passivo	282.125	315.322
	Valor do fundo	123.708.102	126.254.543
	Valor da unidade de participação	18,2141	20,4730

Demonstração de Resultados

Valores em EUR

Notas	Demonstração de resultados	31 dez 2022	31 dez 2021
9	Contribuições	19.387.060	17.124.068
10	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	(6.824.617)	(7.435.529)
11	Ganhos líquidos dos investimentos	(14.842.320)	12.591.497
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	682.850	739.731
13	Outras despesas	(949.414)	(954.280)
	Resultado líquido	(2.546.441)	22.065.488

Demonstração de Fluxos de Caixa

Valores em EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa	31 dez 2022	31 dez 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Contribuições		
Contribuições dos associados	15.304.665	12.573.461
Transferências	4.082.395	4.550.607
Pensões, capitais e prêmios únicos vencidos		
Pensões pagas	(75.790)	(59.500)
Capitais vencidos (remições/vencimentos)	(396.378)	(477.330)
Transferências	(6.350.805)	(6.897.553)
Remunerações		
Remunerações de gestão	(921.516)	(792.848)
Remunerações de depósito e guarda de títulos	(62.545)	(57.776)
Outras despesas	(194)	(71)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	11.579.832	8.838.990
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos		
Alienação / reembolso dos investimentos	114.257.876	58.559.563
Rendimentos dos investimentos	450.808	727.152
Pagamentos		
Aquisições de investimentos	(127.129.979)	(66.539.987)
Comissão de transação e mediação	-	(183)
Outros gastos com investimentos	-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(12.421.295)	(7.253.455)
Variações de caixa e seus equivalentes	(841.463)	1.585.535
Efeitos de alterações da taxa de câmbio	0,01	394
Caixa no início do período de reporte	2.614.697	1.028.767
Caixa no fim do período de reporte	1.773.234	2.614.697

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões Aberto BPI Ações (“Fundo”) iniciou a sua atividade a 30 de setembro de 2005. Este Fundo permite adesões individuais e adesões coletivas.

O Fundo tem 121 planos de pensões financiados por adesões coletivas (120 de contribuição definida e 1 de benefício definido).

O regulamento de gestão data de 31 de dezembro de 2014, sendo a entidade gestora, a BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. (“Entidade Gestora” ou “BPI Vida e Pensões”). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BPI, S.A. (“Banco BPI”).

2. Alterações ocorridas nos planos de pensões em 2022

Durante o exercício de 2022 ocorreram as seguintes alterações:

- Associada da adesão nº 122 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 123 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 124 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 125 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 126 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 127 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 128 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 129 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 130 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 131 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 132 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 6 – RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 22 – RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 30 – RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 45 – RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 76 – RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 90 – RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 98 – RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;



- Associada da adesão nº 104 – RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 148 – RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 114 – Alteração da composição do Conselho de Administração;
- Associada da adesão nº 39 – Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 128 – Alteração do Plano de Pensões.

3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo

Durante os exercícios de 2021 e 2022, não ocorreram alterações relevantes de ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo.

4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na IAS 1 e o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

4.1. Especialização de exercícios

Na sua generalidade, os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

4.2. Investimentos mobiliários

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;



- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setor económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da Entidade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o *Financial Times Interactive Data*, o *ISMA – International Securities Market Association*, a *Bloomberg*, a *Reuters* ou outros que sejam considerados credíveis pela Entidade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de *market makers* da escolha da Entidade Gestora.
- Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

4.3. Operações com contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de futuros, realizadas em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados ou potenciais reconhecidos como proveito ou custo na rubrica “Ganhos líquidos dos investimentos” da demonstração de resultados.

4.4. Comissões

As diversas comissões suportadas pelo fundo, acordadas no contrato de adesão, são contabilizadas na rubrica “Outras despesas” da demonstração de resultados, no período em que ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento. Destacam-se como principais comissões:

- **Comissão de gestão:** corresponde à remuneração da Entidade Gestora, pela atividade de gestão do património do Fundo.
- **Comissão de depósito:** remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo.

4.5. Pensões, capitais, prémios únicos vencidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais, prémios únicos vencidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

4.6. Operações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças líquidas originadas pela atualização cambial são refletidas na rubrica “Ganhos líquidos dos investimentos” na demonstração de resultados.

4.7. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (“EBF”), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (“IMT”).

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.

5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022, a carteira do Fundo é composta por instrumentos de capital, unidades de participação, títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, conforme se detalha abaixo, num total de



investimentos de 121.807.910 euros, o que representa um decréscimo em 2% face ao existente no balanço a 31 de dezembro de 2021.

Na tabela abaixo apresentam-se também os juros corridos no valor de 409.083 euros referentes às Obrigações detidas pelo Fundo, especializados na rubrica “Acréscimos e diferimentos”.

Código	Descrição dos títulos	Custo Aquisição	Mais/Menos Valia Contabilística	Mais/Menos Valias Cambias	Juro corrido	31 dez 2022
Instrumentos de capital e unidades de participação						
IE00B4K48X80	IETF-IS CORE MSCI EUROPE ACC - (XAMS)	50.509.831	(3.324.591)	-	-	47.185.240
IE00BQN1K901	IETF-ISHARES EDGE MSCI ERP VALUE	2.891.607	(100.155)	-	-	2.791.452
LU1861137484	ETF-AMUNDI INDEX MSCI EUROPE SRI U(XPAR)	6.422.115	(898.707)	-	-	5.523.408
LU0784437740	BPI ALTERNATIVE LUX (I)	1.851.346	31.746	-	-	1.883.092
PTYSOAHM0001	BPI IMOFOMENTO - FII	772.659	12.759	-	-	785.417
DE0006791809	KANAM GRUNDINVEST FONDS	12.811	(5.324)	-	-	7.487
DE0009802306	SEB IMMOINVEST	4.159	(1.417)	-	-	2.743
Total Instrumentos de Capital e Unidades de participação		62.464.529	(4.285.689)	-	-	58.178.840
Títulos de dívida pública						
PTMTLBOM0007	METRO LISBOA-4.061%-04.12.2026	570.750	(58.060)	-	1.502	512.690
PTOTEKOE0011	OT-2.875%-15.10.2025	3.503.780	(7.490)	-	21.228	3.496.290
PTOTETOE0012	OT-2.875%-21.07.2026	4.009.004	(149.306)	-	49.636	3.859.698
PTOTVMOE0000	OTRV JULHO 2025	6.283	(161)	-	44	6.122
BE0000347568	BELGIUM KINGDOM-0.9%-22.06.2029	3.982.929	(24.388)	-	21.263	3.958.540
BE0000336454	BELGIUM KINGDOM-1.9%-22.06.2038	3.206.004	(442.426)	-	33.748	2.763.578
BE0000331406	BELGIUM KINGDOM-3.75%-22.06.2045	3.163.373	(476.401)	-	50.680	2.686.972
ES0000012G91	BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0%-31.01.2026	2.700.317	(100.019)	-	-	2.600.299
ES0000012I08	BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0%-31.01.2028	1.467.365	(5.872)	-	-	1.461.493
ES00000124W3	BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-3.8%-30.04.2024	2.923.511	(5.422)	-	73.562	2.918.089
DE0001030708	BUNDESREPUB. DEUTSCHLAND-0%-15.08.2030-	1.573.883	(137.318)	-	-	1.436.566
IT0005367492	BUONII POLIENNAL DEL TES-1.75%-01.07.2024	5.686.418	(11.374)	-	50.915	5.675.044
IT0005210650	BUONII POLIENNALI DEL TE-1.25%-01-12-2026	1.148.373	(5.639)	-	1.290	1.142.734
IT0005438004	BUONII POLIENNALI DEL TES-1.5%-30.04.2045	2.237.562	(536.072)	-	7.832	1.701.490
IT0005505083	BUONII POLIENNALI DEL-0%-28-02-2023	1.296.277	96	-	-	1.296.373
EU000A1HBSX7	EUROPEAN UNION-2.5%-04.11.2027	1.356.504	(104.477)	-	5.005	1.252.027
FR0013516549	FRANCE (GOVT OF)-0%-25-11-2030	1.748.829	(11.075)	-	-	1.737.754
FR0013451507	FRANCE (GOVT OF)-0%-25.11.2029	2.676.865	(13.305)	-	-	2.663.561
IE00BH3SQ895	IRISH TSY-1.1%- 15.05.2029	2.644.298	(196.376)	-	18.990	2.447.922
IE00BFZRQ242	IRISH TSY-1.35%-18.03.2031	4.432.651	(390.212)	-	48.680	4.042.439
ES0L02305123	SPAIN LETRAS DEL TESORO-CZ-12.05.2023	6.107.514	(25.328)	-	-	6.082.186
ES0L02304142	SPAIN LETRAS DEL TESORO-CZ-14.04.2023	1.494.069	(2.754)	-	-	1.491.315
PTRAADOM0004	REGIAO AUTONOMA ACORES 1.85%- 21-08-2025	195.156	(17.655)	-	1.262	177.501
PTRAAGOM0001	REGIAO AUTONOMA ACORES-0.603%-21.07.2026	304.851	(33.855)	-	808	270.996
Total Títulos de dívida pública		58.436.567	(2.754.888)	-	386.445	55.681.679
Outros títulos de dívida						
PTBCPWOM0034	BGP-4.5%-07.12.2027	808.952	(108.752)	-	2.367	700.200
PTGGDAOE0001	GALP GAS NATURAL DIS.1.375%-19.09.2023	306.414	(11.187)	-	1.164	295.227
PTPECOM0001	REFER-EP REDE FERR NAC-4.047% 16.11.2026	570.350	(59.175)	-	2.495	511.175
XS2485259670	BANCO BILBAO VIZCAYA ARG-TV-26.11.2025	911.457	(4.806)	-	2.399	906.651
XS2293577354	BANCO SANTANDER SA-TV-29.01.2026	1.008.510	(18.910)	-	3.999	989.600
XS2387929834	BANK OF AMERICA CORP-TV-22.09.2026	1.220.004	(38.028)	-	924	1.181.976
ES0000101768	COMMUNITY OF MADRID -0,997%-30.09.2024	414.688	(29.540)	-	1.005	385.148
CH0591979635	CREDIT SUISSE GROUP AG-TV-16.01.2026	1.011.690	(156.210)	-	4.954	855.480
XS2322254165	GOLDMAN SACHS GROUP INC-TV-19.03.2026	1.269.688	(30.813)	-	1.276	1.238.875
XS2389353181	GOLDMAN SACHS GROUP INC-TV-23.09.2027	569.610	(20.765)	-	386	548.845
XS2103230152	POSCO-0.5%-17.01.2024	350.718	(16.503)	-	1.668	334.215
Total Outros Títulos de dívida		8.442.080	(494.688)	-	22.638	7.947.392

Face a 2021, verificaram-se algumas alterações na composição da carteira de investimentos, nomeadamente referentes a “Títulos de dívida pública” (aumento de 106%, no valor de 28.663.135 euros) bem como em “Instrumentos de capital e unidades de participação” (decréscimo de 20%, no valor de 14.211.207 euros) e em “Outros títulos de dívida” (decréscimo de 67%, no valor de 16.422.146).



Riscos associados à carteira de investimentos

Exposição e Origem do Risco

- **Risco de mercado:** é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo.
- **Risco de taxa de juro:** risco de movimentos adversos (subida) nos vários prazos das taxas de juro, com impacto no preço das obrigações de taxa fixa
- **Risco de crédito:** corresponde à possibilidade de um emitente de determinado título não ter capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.
- **Risco cambial:** resulta da detenção de ativos em moeda estrangeira e da variação das taxas de câmbio destas moedas.
- **Risco de liquidez:** consiste na eventual dificuldade na realização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.
- **Risco operacional:** resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, recursos humanos, sistemas, fraude ou outros que possam afetar o normal funcionamento da atividade da Entidade Gestora.

Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Ações considera a gestão do risco uma das disciplinas fundamentais no seu modelo de funcionamento. Para isso dispõe de uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos. Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre o risco das carteiras com gestores e órgãos da administração.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, utiliza-se o *Value-at-Risk* (“VaR”) para determinar a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. O Fundo de Pensões Aberto BPI Ações dispõe de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco, que implementa uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição *ex-ante* das carteiras aos principais fatores de risco (e.g. mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito), em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um *benchmark*, passou assim a ser aferida em cada momento através do software “PORT”. Este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da *Bloomberg*, que engloba fatores destinados a captar esta dimensão do risco.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez suficientes, para fazer face às responsabilidades financeiras a cargo do Fundo. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco, são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.



No âmbito do Risco Operacional, é aferido o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação dos custos associados.

Por último, e tendo em consideração a monitorização dos limites legais e das políticas de investimento, os alertas de incumprimento são enviados aos gestores sempre que as carteiras de investimento são encerradas. Estão ainda definidos limites de exposição por Contraparte, relativos às operações por liquidar.

Análise de sensibilidade

Conforme acima referido, uma medida que agrega os principais riscos de mercado e utilizada pelo Fundo de Pensões Aberto BPI Ações é o *Value-at-Risk*. Para o cálculo deste indicador, são utilizadas as volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos, baseadas nos preços dos últimos 365 dias.

Em 31 de dezembro de 2022, o *Value-at-Risk* com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês pode ser detalhado com o contributo das seguintes classes de ativos:

Var/ Carteira (%)	VaR (EUR)	Contributo Ações (%)	Contributo Taxa de Juro (%)	Contributo Moeda (%)
16,08	19.892.419	11,96	4,12	-

6. Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica referia-se a depósitos à ordem domiciliados no Banco BPI, com o seguinte detalhe:

Valores em EUR			
Descrição	31 dez 2022	31 dez 2021	
Depósitos à ordem	1.773.234	2.614.697	
Total	1.773.234	2.614.697	

Os depósitos à ordem em moeda estrangeira são relativos a depósitos em dólares americanos.

7. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica respeita, essencialmente, a valores a regularizar de derivados e juros a receber, conforme se detalha:

Valores em EUR			
Outros ativos	31 dez 2022	31 dez 2021	
Juros a receber	409.083	177.041	
Acréscimos e diferimentos	409.083	177.041	
Total	409.083	177.041	



8. Passivo

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica respeita a valores a pagar à Entidade Gestora pela Comissão de Gestão Financeira que foram regularizadas no exercício seguinte.

Valores em EUR			
	Passivo	31 dez 2022	31 dez 2021
Entidade gestora		262.978	297.483
Comissões		16.117	16.453
Outras entidades		16.117	16.453
Estado e outros entes públicos		3.030	1.386
Credores		282.125	315.322

9. Contribuições

Durante o exercício de 2022 as contribuições efetuadas foram inferiores ao estimado, conforme se apresenta na tabela abaixo:

Valores em EUR		
Contribuições 2022		Diferença
Estimado (1)	Efetivo (2)	(2) - (1)
15.610.758	15.304.665	(306.093)

Durante os exercícios de 2022 e 2021, os associados efetuaram as seguintes contribuições:

Valores em EUR			
Associados	Contribuições 2022		Contribuições 2021
	Transferências	Total	
15.304.665	4.082.395	19.387.060	17.124.068

10. Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Durante os exercícios de 2022 e 2021, os benefícios pagos têm a seguinte composição:

Valores em EUR			
	Pensões	31 dez 2022	31 dez 2021
Pensões de invalidez		780	
Pensões de velhice		62.914	39.416
Pensões Flexíveis - IRS		12.096	8.022
Pensões		75.790	47.438
Prémios Únicos			
Reembolso Capital IRS		12.277	13.208
Remições		385.745	477.330
Transferências		6.350.805	6.897.553
Total Outros		6.748.827	7.388.091
Total		6.824.617	7.435.529

De salientar a diminuição de 546.748 euros na rúbrica das transferências em 2022 face a 2021.

11. Ganhos Líquidos dos Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas têm a seguinte composição:

Valores em EUR	2022						2021
	Ganhos Líquidos	Instrumentos de capital	Títulos de dívida pública	Outros títulos de dívida	Numerário	Outras aplicações	
Mais Valias	26.666	170.485	5.550	-	44.601	247.302	14.235.727
Menos Valias	(2.294.733)	(4.276.313)	(913.789)	-	(7.604.786)	(15.089.621)	(1.644.230)
Total	(2.268.067)	(4.105.828)	(908.239)	-	(7.560.185)	(14.842.319)	12.591.497

Face ao exercício de 2021, verificou-se um aumento substancial na desvalorização dos ativos que compõem a carteira de investimentos, nomeadamente nas outras aplicações.

12. Rendimentos Líquidos dos Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas têm a seguinte composição:

Valores em EUR		
Investimentos	31 dez 2022	31 dez 2021
Instrumentos de Capital	31.748	194.095
Títulos de dívida pública	121.019	17.881
Outros títulos de dívida	530.083	527.816
Numerário	()	(61)
Total	682.850	739.731

Não foram verificadas variações significativas nos rendimentos líquidos da carteira 2022 face a 2021.

13. Outras despesas

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, é da sua responsabilidade efetuar os pagamentos de comissões à Entidade Gestora e ao Banco Depositário.

O detalhe das comissões e outras despesas contabilizadas durante os exercícios de 2022 e 2021 é apresentado abaixo:

Valores em EUR		
Outras Despesas	31 dez 2022	31 dez 2021
Comissão de Depósito	62.209	60.660
Comissões de Incentivo	39.151	68.831
Comissões de Gestão Financeira	798.880	777.973
Comissões	900.240	907.464
Imposto selo s/ comissões	33.928	34.223
Taxa para I.S.P.	4.107	3.106
Outras Despesas	11.138	9.487
Outros	49.174	46.816
Total	949.414	954.280



As comissões suportadas durante o exercício foram calculadas conforme se segue:

Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de participantes.
Administrativa	Plano BD	A comissão é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Financeira	Todos	A comissão é definida em % e aplicada trimestralmente ao valor do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do Fundo sob gestão.
Atuarial	Plano BD	A comissão atuarial é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Pagamento Benefícios	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de processos tratados.
Pagamento Benefícios	Plano BD	A comissão é calculada em função do número de pensionistas.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções (“Fundo”), gerido pela BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 123.990.227 Euros e um valor do Fundo de 123.708.102 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.546.441 Euros), a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

1. Valorização dos ativos registados na carteira de investimentos do Fundo

Descrição da matéria relevante

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos registados na carteira de investimentos ascendiam a 121.807.911 euros, correspondente a cerca de 99% do total do ativo (Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras). Atendendo à natureza daqueles ativos, entendemos que existe o risco inerente de a sua valorização não estar de acordo com (i) as normas estabelecidas pela ASF e (ii) os critérios, modelos e fontes de valorização dos ativos integrantes das carteiras geridas pela Entidade Gestora. Nestas circunstâncias, a titularidade e a valorização destes ativos, são áreas relevantes no âmbito da auditoria às demonstrações financeiras.



A nossa resposta

Os nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

- Revisão dos procedimentos da Entidade Gestora, nos processos de (i) valorização destes ativos e direitos e obrigações relacionados; e (ii) reconciliações bancárias;
- Revisão da reconciliação entre estes ativos, os registos contabilísticos e a resposta e/ou mapas de posição patrimonial do banco depositário em 31 de dezembro de 2022;
- Revisão da valorização dos ativos negociados em mercado regulamentado, de acordo com os critérios, modelos e fontes de valorização utilizadas pela Entidade Gestora e aceites pela ASF. Conforme aplicável, consultámos fontes de preços, externas e independentes, bem como outras fontes de informação de referência ou modelos de valorização, definidos e aceites pelas normas estabelecidas pela ASF;
- Revisão da adequação das divulgações do Fundo, relativamente aos métodos de valorização destes ativos.

Responsabilidades do Órgão de Gestão da Entidade Gestora e do Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Imobiliário; a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, a avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora; (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada



com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria; (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação da entidade, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão do Fundo foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores do Fundo pela primeira vez por deliberação da Comissão Executiva do Órgão de Gestão da Entidade Gestora de 6 de outubro de 2016, complementada pela deliberação da Comissão Executiva do Órgão de Gestão da Entidade Gestora de 13 de outubro de 2016, para um mandato compreendido entre 2016 e 2019. Fomos renomeados pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora em 16 de julho de 2020, 26 de outubro de 2021 e em 15 de dezembro de 2022 para os anos de 2020, 2021 e 2022, respetivamente.
- O Órgão de Gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora em 22 de março de 2023.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria.



- Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Fundo os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
 - i. Trabalhos de auditoria para a emissão do Relatório de Exame Simplificado sobre os elementos de índole contabilística e estatística do Fundo, em conformidade com as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 11/2020-R, de 3 de novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

Lisboa, 22 de março de 2023



BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André, ROC n.º 979
Registado na CMVM com o n.º 20160596